

# **Hegemonia ou pós-hegemonia? Discurso, Representação e a(s) Vingança(s) do Real\***

## **¿Hegemonía o pos-hegemonía? Discurso, Representación y la(s) venganza(s) de lo Real**

## **Hegemony or post-hegemony? Discourse, Representation and Revenge(s) of the Real**

**Yannis Stavrakakis**

**Universidad Aristóteles de Tesalónica (Grecia)**

**Resumen.** El objetivo de este artículo es centrarse en los argumentos que descartan la teoría de hegemonía y discurso de Laclau y Mouffe por razones biopolíticas; en particular, se involucrará críticamente con el trabajo relevante de Richard Day, Scott Lash y Jon Beasley-Murray. Este cuerpo de investigación destaca, de una u otra manera, la importancia de los mecanismos de dominación biopolíticos, no hegemónicos, en los cuales el poder, supuestamente, no está mediado discursivamente, sino que opera directa y exclusivamente sobre un real biopolítico y afectivo. Esta crítica se ubicará primero dentro de una larga tradición de críticas de la teoría del discurso basada en alguna noción de lo real, inicialmente de lo real materialista de la economía.

**Palabras clave:** biopolítica; teoría del discurso; hegemonía, marxismo

**Resumo.** O objetivo deste artigo é focar principalmente em argumentos que dispensam a teoria de Laclau e Mouffe de hegemonia e discurso em áreas biopolíticas; em particular, vai se ocupar criticamente com o relevante trabalho de Ricardo Day, Scott Lash e Jon Beasley-Murray. Esse corpo de pesquisa destaca – de um jeito ou de outro – a importância de mecanismos biopolíticos, não hegemônicos de dominação, em que o poder não seja, supostamente, mediado discursivamente, mas que opere direta e exclusivamente em um Real biopolítico, afetivo. Essa crítica será, primeiramente, situada na longa tradição de críticas à teoria do discurso basea-

---

\* “Hegemony or post-hegemony? Discourse, Representation and Revenge (s) of the Real”. Tradução do inglês para o português a cargo de Felipe Tadeu Belitz Ruiz.

das em uma noção do real, inicialmente do real materialista da economia.

**Palavras-chave:** Biopolítica; teoria do discurso; hegemonia, Marxismo.

**Abstract.** The aim of this article is to focus on arguments dismissing Laclau and Mouffe's theory of hegemony and discourse on biopolitical grounds; in particular it will critically engage with the relevant work of Richard Day, Scott Lash and Jon Beasley-Murray. This body of research highlights – in one or the other way – the importance of biopolitical, non-hegemonic mechanisms of domination, in which power is, supposedly, not discursively mediated, but operates directly and exclusively on a biopolitical, affective real. This criticism will first be situated within a long tradition of criticisms of discourse theory premised on some notion of the real, initially of the materialist real of the economy.

**Keywords:** Biopolitics; discourse theory; hegemony, Marxism

## Introdução

Em inúmeras ocasiões, Ernesto Laclau pontuou que, o que constitui a base da orientação de uma teoria do discurso é uma crítica ao *imediatismo*. Por exemplo, em um pequeno depoimento programático sobre as raízes filosóficas da teoria do discurso, Laclau argumenta que:

[teoria do discurso] tem suas raízes nos três principais desenvolvimentos filosóficos com os quais começou o século XX. Nos três casos existe uma ilusão inicial de imediatismo, de um acesso direto às coisas como são em si. Essas três ilusões eram o referente, o fenômeno e o signo, ... Agora, em algum ponto essa ilusão inicial de imediatismo se dissolveu em três correntes – desse ponto de vista sua história é notavelmente paralela – e elas têm que abrir o caminho para uma ou outra forma de teoria do discurso. Isso significa que as mediações discursivas deixam de ser meramente derivativas e se tornam constitutivas. (Laclau, 2005)

Tal mudança de uma ilusão de imediatismo à ênfase na mediação discursiva e seu papel constitutivo na formação da realidade social e política também é visível no que diz respeito às tradições políticas contra as quais o pós-Marxismo se define, declaradamente, a tradição radical no Ocidente e seu núcleo Marxista. De fato, a desconstrução da tradição Marxista em *Hegemonia e estratégia socialista* é principalmente uma desconstrução da alegação de haver acesso direto e controle da totalidade do Real e de seu previsível desenvolvimento (escatológico) histórico (Laclau e Mouffe, 1985). Não é surpreendente, então, que a maior parte da resistência crítica encontrada pela teoria do discurso tenha emanado dos defensores de tal imediatismo. A crítica à teoria do discurso tem, frequentemente, tomado a forma de um *retorno* do imediatismo – uma vingança do real.

Esse retorno pode assumir uma variedade de formas; de fato, como veremos, ele, assumiu diferentes formas. Esse artigo focará principalmente em argumentos que dispensam a teoria de Laclau e Mouffe de hegemonia e discurso em áreas biopolíticas; em particular, vai se ocupar criticamente com o relevante trabalho de Ricardo Day, Scott Lash e Jon Beasley-Murray. Esse corpo de pesquisa destaca – de um jeito ou de outro – a importância de mecanismos biopolíticos, não hegemônicos de dominação, em que o poder não seja, supostamente, mediado discursivamente, mas que opere direta e exclusivamente em um Real biopolítico, afetivo. Essa crítica será, primeiramente, situada na longa tradição de críticas à teoria do discurso baseadas em uma noção do real, inicialmente do real materialista da economia.

### **Crítica ao imediatismo, Vingança do Real: Os começos**

Estamos todos – eu suponho – familiarizados com o estilo tradicional dessa crítica, evidente na rejeição da orientação discursiva de Norman Geras e seus companheiros nos anos 80. Falando como defensor de um objetivo real, Geras acusou a teoria do discurso “relativista” de confrontar os “fatos mais elementares da existência”, a realidade material que condiciona todo o discurso (Howarth 2000: 113). Na visão de Geras, junto com a negação da primazia da economia, a objetividade dos interesses de classe e a validação do socialismo, Laclau e Mouffe são culpados por promover, uma negação mais profunda, mais fundamental: “E até mesmo, finalmente: que sociedade e história podem se tornar inteligíveis por algum princípio ou princípios unificadores, ou dentro de um enquadre unificador, de explicação e conhecimento” (Geras, 1987, p. 44). Negar a existência e superioridade de tal princípio unificador leva, nessa visão, ao idealismo anti-materialista (Geras, 1987, p. 59). A teoria do discurso, “uma perspectiva na qual o âmbito das políticas e ideologia tem se tornado superior, em que, de maneira geral, o ‘simbólico’ foi expandido para ser totalmente abrangente” (Geras, 1987, p. 65).<sup>1</sup>

Mas o que poderia ser esse princípio unificador? É aqui que a confiança de Geras em um imediatismo pré-discursivo, extra teórico, e completamente revelado:

Contudo, frequentemente, isso pode ser negado, seja em alto argumento filosófico ou asserção popular, uma realidade pré-discursiva e uma objetividade extra-teórica formam a insubstituível base de todo questionamento racional, assim como a condição de uma comunicação significativa por meio e entre pontos de vista divergentes. Uma vez removida esta

---

<sup>1</sup> Geras não estava sozinho ao promover tal argumento. Aproximadamente no mesmo período, Ellen Meiksins Wood argumentou que “o distanciamento decisivo de políticas das classes foi alcançado por meio da promoção de ideologia e ‘discurso’ –concebidos como autônomos de classe- os principais determinantes históricos”. (Wood, 1986, p. 47).

fundação, pode-se simplesmente para uma escuridão sem fim, relativista, na qual discursos opostos ou paradigmas são deixados sem ponto de referência comum, trocando golpes desnecessariamente. (Geras, 1987, p. 67)

Embora desdenhoso e insultoso em um nível *ad hominem* (ver, especialmente, Geras, 1987, p. 41-2), essa crítica permitiu a Laclau e Mouffe, em sua resposta, articular mais detalhadamente os aspectos epistemológicos e ontológicos de sua abordagem, também publicada em *New Left Review*. O ponto principal de seu argumento é que, longe de ser idealista, uma ênfase na representação discursiva é perfeitamente compatível com a posição realista que aceita a existência de objetos independentes do pensamento (Laclau e Mouffe, 1987, p. 87). Entretanto, a diferença crucial é que a *existência*, a entidade de um objeto (ens), não determina *ser* (esse), que é “histórico e transformador”: “a ‘verdade’, fatural ou de outra forma, sobre o ser dos objetos é constituída sobre um contexto teórico e discursivo, e a ideia de uma verdade fora de todo o contexto é simplesmente sem sentido” (Laclau e Mouffe, 1987, p. 87). Qualquer acesso imediato à verdade dos objetos é aqui mediada pela representação discursiva.<sup>2</sup>

E o que acontece quando passamos da oposição idealista/realista para a idealista/ materialista? Aqui, Laclau e Mouffe pontuam que idealismo implica em uma redução do real ao conceito: “a afirmação da racionalidade do real ou, em termos da filosofia antiga, a afirmação de que a realidade de um objeto – como distinta de sua existência – é forma” (Laclau e Mouffe, 1987, p. 88). Como um resultado, entretanto, a rigorosa oposição entre idealismo e materialismo é desestabilizada e, portanto, Hegel é comprovado em seu tratamento do materialismo como um modelo imperfeito e bruto de idealismo (Laclau e Mouffe, 1987, p. 91). Na perspectiva de Laclau e Mouffe, um afastamento do idealismo não pode resultar de um foco exclusivo na existência do objeto, porque nada socialmente e politicamente significativo decorrem dessa existência sozinho: “tal movimento deve, ao invés, ser fundamentado em um enfraquecimento de forma, que consiste em mostrar um caráter histórico, contingente e construído do ser dos objetos; e ao apresentar que isso depende da reinserção desse ser no conjunto de condições relacionais que constituem a vida em sociedade como um todo” (Laclau e Mouffe, 1987, p. 91), ou seja, na ainda instável e precária significativa *materialidade do significante*. Consequentemente, a centralidade ontológica atribuída ao discurso e a representação e centralidade política atribuídas à hegemonia.

Geras, posteriormente, retorna à questão em mais um texto publicado na *New Left Review*, sua obsessão com o real já registrada no subtítulo: “O

---

<sup>2</sup> Declarações como essa formaram a base do que subsequentemente passou a ser conhecido como construcionismo social; não se pode deixar de notar uma forte influência foucaultiana visível na escolha da palavra ‘verdade’, ao invés de outras opções disponíveis, como realidade etc.

ex-Marxismo sem Substância: Sendo uma resposta Real a Laclau e Mouffe” (Geras, 1988, grifo adicionado). Surpreendentemente, entretanto, ele parece incomodado pela atenção supostamente desproporcional que Laclau e Mouffe deram a duas páginas de sua crítica original dedicada “a certa questão de ontologia: se objetos existem externos ao pensamento”. “Depois de algumas observações introdutórias, Laclau e Mouffe começam dedicando completos 40 por cento de suas respostas a essas duas páginas”, observa ele (Geras, 1988, p. 55). A surpresa, certamente, será seguida pelo espanto quando, algumas linhas depois, ele parece reconhecer o ponto da forma mais retórica possível: “Eu não vou discutir: a) Se Laclau e Mouffe são “idealistas” filosóficos no verdadeiro sentido. Se eles não querem ser isso, quem sou eu para empregar trocadilhos sobre uma palavra? (Geras, 1988, p. 55). Isto é, simplesmente, como o primeiro ataque à teorização do discurso, representação e hegemonia de Laclau e Mouffe do ponto de vista de uma perspectiva real não mediada se conclui. Mas isso foi só o começo...

### **Desafiando a Hegemonia da Hegemonia**

Agora, uma rejeição similar é discernível em uma área de pesquisa completamente diferente. Desta vez, junto com a ênfase no discurso e representação, as críticas se voltam para o *status* da categoria de “hegemonia” em si. Além disso, isso não provém do passado, defendendo uma ortodoxia (Marxista) “traída”, mas alega expressar o presente e o futuro, o imediatismo iminente da biopolítica e afetividade, muito em voga recentemente na teoria crítica social e política. O grande interesse no trabalho de filósofos clássicos como Spinoza e teóricos contemporâneos como Michel Foucault e Giorgio Agamben, Gilles Deleuze e Antonio Negri, demonstram amplamente esse ponto. Atualmente, esta orientação coincidiu frequentemente com a rejeição da hegemonia como uma matriz teórica e analítica cabível para compreender as políticas contemporâneas; o que é disputado aqui é, simplesmente, “a hegemonia da hegemonia” (Day, 2005).

O trabalho de Richard Day tem sido instrumental para formar o cenário para esse tipo de discussão. Day contesta a “política como de costume”, ou seja, limitar a luta política e o ativismo radical em um jogo entre hegemonia e contra-hegemonia:

A resposta óbvia [de como lutar contra a globalização capitalista] é tentar estabelecer uma contra hegemonia, reorientar o equilíbrio histórico, o máximo possível, a favor do oprimido... Argumentar nesse sentido, entretanto, é permanecer na lógica do neoliberalismo; é aceitar o que eu chamo de *hegemonia da hegemonia*. Com isso pretendo me referir à suposição de que a mudança social efetiva só pode ser alcançada simultaneamente e *en masse*, através de um espaço inteiro nacional ou supranacional. (Day, 2005, p. 8)

A base dessa objeção é predominantemente política e a evidência que ele coloca em seu suporte vem dos novos modelos de ativismo visíveis no que ele chama de “os mais novos movimentos sociais”: o que o interessa sobre o ativismo radical contemporâneo é que determinados grupos radicais estão rompendo com essa “armadilha por operar não hegemonicamente, ao invés de contra hegemonicamente”. Eles buscam a mudança radical, mas “não pela tomada ou influência ao poder do Estado”, assim, desafiando a lógica da hegemonia “em seu âmago” (Day, 2005, p. 8).

Na discussão de Day sobre hegemonia, o trabalho de Laclau e Mouffe ocupa uma posição central. Embora simpático a determinados aspectos do seu projeto, Day tem grande dificuldade em entrar em acordo com a ideia, central para o argumento de Laclau e Mouffe, de que desafios efetivos a determinado regime hegemônico pressupõem a formação de uma nova articulação discursiva por meio da conexão de uma série de demandas frustradas em uma “cadeia de equivalência”, um horizonte de representação que fixa parcialmente esses momentos distintos acerca de um ideal antagônico, um ponto nodal que desafia a hegemonia atual. O problema aqui é, justamente, que, assim como cadeias equivalentes são construídas, blocos hegemônicos também o são e a transformação social é alcançada por meio de processos de *representação* (Day, 2005, p. 75). Representação implica uma política baseada na formulação simbólica de demandas e isto envolve nossa escravização dentro de uma lógica de desejo que nunca permitirá um rompimento radical da verdadeira refundação social: “buscar uma política de demanda no contexto de globalização neoliberal é como buscar o estilo mais moderno de automóveis, vestuário ou refrigeradores. Sente-se uma falta, que se almeja preencher, apenas para que se descubra que o anseio pela completude aumentado, ao invés de diminuir” (Day, 2005, p. 83).

Day é muito cuidadoso para não superestimar nossa habilidade de romper completamente com esse sistema e claramente não alega que tal rompimento já tenha sido alcançado.<sup>3</sup> “Romper com essa armadilha não é, de forma alguma, um processo simples ou fácil, muito embora alguns sujeitos políticos tenham iniciado esse processo – de forma hesitante, parcial, implícita (Day, 2005, p. 84). De que outra forma poderia ser, dado que tal rompimento pressupõe um distanciamento radical da política de demanda e da ética do desejo na direção de uma política do ato sustentada por uma ética do real? (Day, 2005, p. 88-9). O anterior “pode mudar o conteúdo das estruturas de dominação e exploração, mas não pode mudar sua forma” (Day, 2005, p. 88), enquanto o novo, como conceituado parcialmente por Žižek (Day, 2005, p. 89-90) e por muitas correntes tanto na tradição anarquista e pós-anarquista, quanto no pós-estruturalismo e além (Deleuze, Agambem, etc.), permitiria uma quebra radical com o pensamento hege-

---

<sup>3</sup> Apesar de associar a lógica do desejo predominante ao capitalismo, ignorando sua genealogia pré capitalista, ele pinta as chances desse rompimento em cores um tanto rosadas.

mônico e a conceitualização da resistência efetiva em termos de uma série de lutas autônomas que negam suas articulações equivalentes em prol de uma representação universalizada de contra hegemonia, priorizando uma intervenção física não integrada no aqui e agora, entrando em relações não representacionais, não centralizadas de *afinidade* entre si.

### **A Queda da Pós-hegemonia**

Day desafiará a teorização discursiva/representacional da hegemonia de Laclau e Mouffe, mas, por pouco, não emitirá seu certificado de óbito. Isso ocorrerá alguns anos depois, com emergência no nosso campo teórico da categoria de “pós hegemonia”. De fato, podem-se discernir pelo menos duas variáveis distintas desse argumento articulado em uma literatura relevante.<sup>4</sup> O primeiro modelo de argumento provém de determinada contextualização de hegemonia e conclui que, apesar da hegemonia ter sido mercidamente crucial para a compreensão de lutas culturais e políticas em certo período, esse não é mais o caso – esse é o argumento apresentado primeiramente por Scott Lash (Lash, 2007). Em oposição a tal contextualização, o segundo modelo desenvolve uma rejeição tanto total e frontal, quanto diacrônica – isso é o argumento defendido por Jon Beasley-Murray (Beasley-Murray, 2010). Vamos examiná-los um a um.

Em um artigo de 2007, em “*Teoria, Cultura e Sociedade*”, Scott Lash defende, portanto, que entramos em uma era de “pós-hegemonia” (Lash, 2007). Aparentemente, então, rejeitamos a relevância da teoria do discurso, como desenvolvida inicialmente por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, em um mundo que supostamente entrou em um novo período para as relações de poder:

Desde o princípio de estudos culturais nos anos 70, “hegemonia” tenha sido, talvez, o conceito fundamental dessa disciplina ainda emergente... No que se segue, não quero argumentar que a hegemonia seja um conceito falho. Não quero, de forma alguma, argumentar contra o conceito de Hegemonia... O que quero argumentar, na verdade, é que ela tivera grande valor de verdade para uma determinada época. Eu quero argumentar que essa época esteja começando a se findar. Eu quero sugerir que agora o poder está se tornando amplamente pós-hegemônico. (Lash, 2007, p. 55)

É assim que Scott Lash começa o seu *obituário* da teoria discursiva da hegemonia, ou seja, sobre teorias que focam na dominação parcialmente por consentimento, alcançada por meios ideológicos/ discursivos (Lash, 2007, p. 55). Isso é, certamente, um obituário amigável. E se ele constitui

---

<sup>4</sup> Estou dizendo ‘pelo menos’ porque eu não vou tratar de todas as aplicações do termo disponíveis, mas somente com as relacionadas detalhadamente com o trabalho de Laclau e Mouffe.

uma rejeição, trata-se de uma rejeição respeitosa, diferente da primeira onda de violenta rejeição da teoria do discurso por pessoas como Norman Geras nos anos 80 e no começo dos anos 90. Seguramente, Lash homenageia o poder explicativo da hegemonia e o lugar central de Laclau e Mouffe no paradigma hegemônico que estuda o poder “amplamente, como operando de forma semiótica, por meio do discurso” (Lash, 2007, p. 58, 68).

Mesmo que, todavia, a atmosfera retórica seja bem diferente, a discussão efetiva não está tão distante da crítica no estilo de Geras. Em ambos os casos,<sup>5</sup> a ideia central é que, por focar no nível de representação, a teoria do discurso perde um nível mais importante e fundamental que é o *real*. Essa é mais uma forma de tentativa de *vingança do real* mencionada anteriormente. Muitos anos se passaram, é claro, o que significa que, embora para a primeira onda de críticas, esse real ignorado pela teoria do discurso fosse primeiramente compreendido nos termos materialistas clássicos de classe social e no papel primário da economia, para Lash, esse não é mais o caso:

O real, diferente do simbólico ou do imaginário, escapa à ordem de representação completamente. Nós – isto é, aqueles que pensam que poder é amplamente pós-hegemônico – concordamos com Žižek (ver Butler, Laclau e Žižek, 2000). Concordamos em partes. Pensamos que ambas, dominação e resistência, na ordem pós-hegemônica, ocorrem por meio do real... O real... É o indizível. É ontológico. O poder na ordem pós-hegemônica está se tornando ontológico... O poder pós-hegemônico e os estudos culturais são menos uma questão de julgamento cognitivo e mais uma questão de ser. (Lash, 2007, p. 56)

Para definir esse real, Lash deixa o jargão lacaniano utilizado inicialmente e se volta primeiro para Agamben e, então, e mais extensivamente, à interpretação e elaboração de Hardt e Negri de Spinoza. Como resultado, o real do poder pós-hegemônico tende a coincidir com a *potentia* de Spinoza: “força, energia, potencial” (Lash, 2007, p. 59). A política pós-hegemônica gira em torno desse real inicialmente neovitalista: “a força motivacional, o desdobramento, a formação inicial da coisa em si” (Lash, 2007, p. 59). O que está em jogo não é o articular um consentimento ou garantir um consenso, sequer a normatização; agora, “o poder entra em nós e nos constitui partindo de dentro” (Lash, 2007, p. 61), “nos alcança em nosso próprio ser” (Lash, 2007, p. 75). Estamos, então, firmemente colocados no terreno de “imanência” (Lash, 2007, p. 66), de uma total “força generativa, virtual” (Lash, 2007, pg. 71).

Aumentando um pouco a complexidade de nossa tipologia, na mesma edição de *Teoria, Cultura e Sociedade*, Nicholas Thoburn desenvolve um argumento que parece ligar as duas ondas de rejeição. Ele o apresenta

---

<sup>5</sup> Assim como também era o caso com Day.

reinterpretando a economia em termos emprestados do estudo de biopolíticas e afetividade. Deste modo, enquanto a teoria do discurso e o pós Marxismo são criticados – mais uma vez, felizmente, sem a criatividade de uma injúria do estilo Geras – por não prestar a devida atenção nos caminhos em que as dinâmicas e imperativos do capitalismo permeiam a sociedade, estas dinâmicas são visualizadas por meio de “uma compreensão expandida da produção, uma produção considerada como padronização – ou mobilização, disposição, e distribuição – de ricas relações sociais, técnicas, econômicas e afetivas” (Thoburn, 2007, p. 79-80). Central nesse cenário, está a problemática do afeto como um modo de ativação somática sub-significação ou até mesmo pré-significação, elaborado aqui por uma referência ao trabalho de Brian Massumi:

Afeto é uma experiência de intensidade – de uma alegria, medo, amor, pesar, pena, orgulho, raiva – que muda o estado de um corpo, que surte efeitos concretos nas práticas individuais e sociais... afeto é a dimensão chave de experiência... e algo que muito claramente marca o movimento dos estudos culturais distante de uma concepção de cultura como prática de significação. (Thoburn, 2007, p. 84).

Claramente, essa direção é ilustrativa ao que Patricia Clough chamou de “a virada afetiva”, uma reorientação da teoria crítica voltada a “um dinamismo imanente para a questão corporal” (Clough, 2008, pg. 1).<sup>6</sup>

### **O desenlace da pós hegemonia**

Apenas três anos depois do artigo de Lash sobre pós-hegemonia, um tratado com proporção de um livro sobre a questão foi publicado por Jon Beasley-Murray. Beasley-Murray reconhece as afinidades de seu projeto com o de Lash, ressaltando, ao mesmo tempo, uma diferença crucial: “A concepção de Lash de pós-hegemonia é puramente temporal: ele defende apenas que poder seja agora pós-hegemônico. Meu objetivo é uma crítica mais abrangente da ideia de hegemonia” (Beasley-Murray, 2010, p. xi). A crítica de Beasley-Murray da hegemonia e do discurso compartilha com Day a ideia de que a teoria da hegemonia - e os terrenos que confiam nela, de estudos sociais e sociedade civil – é politicamente suspeita, porque eles, efetivamente, simulam as estruturas de poder que eles se dispõem a entender (Beasley-Murray, 2010, p. xvi).<sup>7</sup> Porém, ele também compartilha

---

<sup>6</sup> Uma crítica similar (amigável) de Laclau baseada em uma combinação muito interessante que liga o real (afetivo) com uma nova compreensão materialista da economia e classe pode ser encontrada no trabalho de Madra e Ozselçuk e outros que trabalham acerca de J.K. Gibson-Graham; ver, por exemplo, Ozselçuk e Madra, 2005.

<sup>7</sup> Ironicamente, essa é a mesma crítica muito frequentemente dirigida a Hardt e Negri, a maior inspiração por trás das discussões pós hegemônicas:

Embora eles mesmos não façam mais do que repetir as mesmas estruturas do capitalismo global, esses mesmas formas são presumidas como subversivas ou revolucionárias, que abrem linhas de fuga, ou... para expressar o poder da multidão... Portanto, longe de

com Lash uma apreciação do real somático das relações de poder: “o poder trabalha diretamente nos corpos” (Beasley-Murray, 2010p. xiii). Mais uma vez, esse claramente não é o real da economia salientado por Geras: “A falha básica na teoria da hegemonia não é sua subestimação da economia; é que ela substituir cultura por estado, representação ideológica por instituições, discurso por hábito” (Beasley-Murray, 2010p. 60). E, ainda assim, apesar de superar todos os seus precursores ao desenvolver um argumento mais holístico e distinto, Beasley-Murray também resume uma defesa do real presente em todos eles: “Laclau compila aqui aparatos e discursos, apresentando um conceito expandido do discurso que falha em distinguir entre elementos significativos e não significativos” (Beasley-Murray, 2010, p. 60).

O ataque de Beasley-Murray à teoria da hegemonia e ao trabalho de Laclau, em particular, é total: “Não existe hegemonia e nunca existiu... nós vivemos sempre em tempos pós hegemônicos: a ordem social nunca foi assegurada pela ideologia... A ordem social é assegurada pelo hábito e afeto, ... A mudança social, também, é alcançada através do hábito e afeto” (Beasley-Murray, 2010, p. ix-x).<sup>8</sup> Já no prefácio do livro, fica claro que o objetivo não é apenas rejeitar totalmente a teoria da hegemonia, mas sim substituí-la por outra coisa, algo programaticamente postulado como além da representação e do discurso. Essa “teoria pós-hegemônica” é articulada acerca de três conceitos centrais: hábito, afeto e a multidão. Portanto, ao dar ênfase ao papel do hábito, no lugar da opinião, Beasley-Murray esboça um campo para além de ambos, consentimento e coerção; seu foco está nos trabalhos sobre o *habitus*: “um sentimento coletivo encorpado pelas regras do jogo social que é ativado e reproduzido aquém da consciência”. Ao enfatizar o afeto, ele se refere a um fluxo encarnado e impessoal de intensidade além da racionalidade e do consentimento. Ele conclui sua tríade conceitual que embasa sua teoria de pós-hegemonia substituindo “as pessoas” pela multidão (Beasley-Murray, 2010, p. x). Mais importante, os três conceitos se referem a processos imanentes e estão, portanto, localizados para além da representação. ( Beasley-Murray, 2010, p. xi).

Compreensivelmente, a teoria de Laclau é um alvo primário aqui, uma vez que sua “versão da teoria da hegemonia é a mais completa e influente para os estudos culturais” (Beasley-Murray, 2010, p. 15). Tanto é assim, que o vocabulário que domina os estudos culturais “prontamente falaram de poder em termos de hegemonia e contra hegemonia, resistência, trans-

---

implicar oposição alguma a qualquer poder opressor ou, até mesmo, algum curso de ação que remotamente desvie das práticas adotadas pelo capitalismo, o fortalecimento da multidão, Hardt e Negri nos dizem, requer simplesmente o reconhecimento do poder que a multidão sempre teve sem saber. ... Se eles tivessem as mentes, aqueles no poder escreveriam livros como *the Empire* (Kordela, 2007p. 2-4).

<sup>8</sup> É interessante que, tanto Lash quanto Beasley-Murray, parecem ignorar, às vezes inadvertidamente, a importante distinção que Laclau apresenta entre ideologia e discurso no decorrer de seu trabalho.

gressão, e subversão” (Beasley-Murray, 2010, p. 19). Entretanto, o que é de particular interesse é que, além de criticar aspectos da teoria do discurso, Beasley-Murray debate em detalhes as políticas populistas e, de fato, foca no fenômeno do Peronismo na Argentina como meio de apresentar que até mesmo nesse caso paradigmático, que serviu como uma das principais fontes de inspiração para o trabalho de Laclau (um argentino), a teoria da hegemonia é vista insuficiente e uma abordagem pós-hegemônica pode facilmente triunfar.

Na leitura de Beasley-Murray, o principal problema, mais uma vez, é a confiança de Laclau na representação: “as apostas do jogo político se tornam a legitimação representacional ao invés da satisfação de demandas” (Beasley-Murray, 2010, p. 56).<sup>9</sup> Isto é retratado de forma particularmente problemático na medida que sinaliza uma aceitação indireta das estruturas de poder: Laclau “Toma o estado como natural, e nunca questiona seu poder” (Beasley-Murray, 2010, p. 55). Em um nível abstrato, a conclusão é clara – e soa bastante familiar: “Por fim, o projeto de Laclau é enfraquecido por seu retrato de sociedade como uma rede discursiva totalmente abrangente, o significado de cujos termos, (porque eles são sempre significativos, representacionais) é dependente de vários conflitos e articulações que o constitui” (Beasley-Murray, 2010, p. 54). No nível das análises empíricas, a tomada de Laclau não só é limitada, mas a análise de Laclau do Peronismo poderia levar atenção renovada aos caminhos pelos quais a ordem social é, de fato, assegurada a quem do discurso, e nos dentes da falha do manifesto de projetos hegemônicos. Precisamos direcionar essa desarticulação do poder, sua aplicação direta nos corpos através do hábito e da afeição” (Beasley-Murray, 2010, p. 59).

### **Desconstruindo o discurso pós-hegemônico**

Como se deve avaliar a validade de todos esses projetos teórico-políticos? Com toda a sua ênfase no real, eles só podem ser tratados como discursos,

---

<sup>9</sup> O que Beasley-Murray deixa passar completamente aqui é o envolvimento constitutivo do registro simbólico na formação das demandas em si, o que desestabiliza a dicotomia que ele desenha. A distinção Lacaniana entre necessidade, demanda e desejo é particularmente relevante nesse ponto. Em Lacan, o nível de necessidade e de sua satisfação não mediada - instintiva - é inicialmente compartilhado por todos, humanos e não humanos, a vida animal. Humanos, entretanto por virtude do caráter simbólico da sociedade, são forçados – e/ ou privilegiados – a perder tal relação de não mediação da necessidade e sua satisfação. Toda necessidade deve ser articulada à linguagem, em uma demanda ao Outro (inicialmente, a Mãe), que detêm o poder de lhes satisfazer e frustrar. Assim, por acima da expressão da necessidade biológica, a demanda também funciona como o veículo pelo qual o sujeito está implicado em uma relação de dependência representacional do Outro, em que reconhecimento, aprovação e amor adquirem, como um resultado, um importante valor. Não só é essa segunda dimensão, a da demanda (de amor incondicional), definitivamente impossível de ser satisfeita, mas é exatamente porque ela contamina a primeira, que a necessidade humana é irreversivelmente descarrilhada. Ver Stavrakakis, 2007, p. 46.

como representações e argumentos a serem interpretados, desconstruídos e também apreciados.<sup>10</sup> No caso de Day, isto é relativamente fácil, já que ele evita a reivindicação maximalista presente em Lash e Beasley-Murray. Seu discurso cuidadosamente construído sempre argumenta pelas margens, pelo ponto de vista de uma minoria (Day, 2005, p. 203, 206). Na medida em que sua crítica à teoria discursiva de hegemonia é empiricamente fundamentada, ela terá de ser primeiramente julgada com base em sua validade heurística. Day é realmente muito bom ao chamar nossa atenção para os eixos horizontais das atividades sociais e políticas presentes em seu ‘Newest Social Movements’, um tipo de atividade não discutida adequadamente dentro das abordagens hegemônicas.<sup>11</sup> Entretanto, minha principal objeção seria que, na maioria dos casos, uma multidão de lutas autônomas só se tornou efetiva quando articulada dentro de um horizonte contra-hegemônico comum de representação – isso é o que aconteceu com o movimento grego *aganaktismenoi* e o que aparentemente está acontecendo com a “Primavera Árabe”; essa também foi a experiência Argentina após a crise de 2001. Assim, ao invés de erguer um muro entre os processos hegemônicos e o horizontalismo, não seria mais produtivo estudar sua interpenetração irreduzível, as oportunidades e os desafios que ela cria?

Em sua relevante análise do *indignados* espanhol e do *aganaktismenoi* grego, Prentoulis e Thomassen fundamentam persuasivamente a hipótese de que, contrários aos seus objetivos retóricos, esses movimentos não tentaram evitar as “tensões entre horizontalidade e verticalidade, entre autonomia e hegemonia, ou, entre se mover para além da representação e aceitar estruturas representativas” (Prentoulis e Thomassen, 2012, p. 2). De fato, eles concluem evidenciando duas áreas de tensão particular, uma relacionada à questão de representação política, e outra relacionada à prática de autonomia e horizontalidade dentro dos dois movimentos:

No primeiro caso, mesmo para aqueles que argumentam contra a representação como tal, a representação se mostra, se não desejável, pelo menos inevitável. A questão, então, se torna sobre como instituir melhores formas de representação, ao invés de como se livrar da representação. No segundo caso, o espaço do movimento dentro do qual as vozes iguais dos protestantes podem ser ouvidas é, em si, um espaço representacional (definido por relações entre assembleias e grupos, normas comportamentais, e assim por diante) (Prentoulis e Thomassen, 2012, p. 12).

---

<sup>10</sup> Além disso, a articulação de tais argumentos envolve um projeto hegemônico de pequena escala que visa assegurar o consentimento de prospectivos leitores. Como isto pode se fazer consistente com o conteúdo pós-hegemônico dos próprios argumentos é algo que permanece bastante obscuro.

<sup>11</sup> Eu mesmo destaquei o valor de alguns desses “experimentos”; ver, por exemplo, Stavrakakis, 2007, p. 281.

O que temos nesses casos é a gradual sublimação da multidão emergente em “um povo” predominantemente representado por um ou o outro partido populista (de esquerda): SYRIZA na situação contemporânea da Grécia, os Peronistas de Kirchner na Argentina. A única forma de evitar reconhecer essa dialética é focando exclusivamente no primeiro passo da coreografia envolvida (a múltipla emergência de demandas e atividades heterogêneas) e fechando nossos olhos para a segunda (sua inscrição dentro de um campo de representação populista com apelo hegemônico). Este é, por exemplo, o movimento de Arditi em um artigo intitulado “Pós-hegemonia”. Assim, embora Arditi documente em detalhes como as “Asambleas de Barrio, grupos de *piqueteros*, as ocupações de fábricas, os desempregados e a classe média se aderiram em 2001”, dentro do contexto da crise Argentina, ele só pode apresentá-los como “a multidão em ação” ao evitar qualquer referência à sua subsequente hegemonização (parcial) pelos Kirchner (Arditi, 2007, p. 212). De fato, curiosamente, o nome ‘Kirchner’ não é, nenhuma vez, mencionado em seu artigo. Somente a primeira parte da história é recontada, a qual, dado o que se seguiu, poderia ser legitimamente apresentada como um estágio “pré-populista” ou “pré-hegemônico”. Isto não é dizer que todas essas lutas estejam fadadas, cedo ou tarde, a adquirir uma forma hegemônica; geralmente, entretanto, quando isso falha – como no caso do Movimento de ocupação nos EUA – é provável que se atribuam limites às futuras perspectivas do movimento em questão.

Certamente, Day também propõe um conjunto de argumentos teóricos, mas, como a maioria deles também é partilhada por Lash e Beasley-Murray, podemos agora nos voltar para suas próprias teorizações e abordá-las todas juntas. Ironicamente, alguns aspectos dessas mais recentes e bem elaboradas formas de rejeição à teoria do discurso e sua conceituação de hegemonia revelam um raciocínio muito simplista e devem ser criticados adequadamente. Para começar, o esquema de Lash aparenta se basear em uma periodização que situa dois períodos distintos – um no qual a mediação discursiva é constituinte das relações de poder e outro no qual o foco é no real biopolítico e na pós-hegemonia – e a passagem unilinear do primeiro para o segundo. No mínimo dois problemas maiores surgem aqui:

1. Primeiramente, a estrutura dessa narrativa é uma estrutura quase escatológica. A passagem de Lash da hegemonia para a pós-hegemonia só pode ser descrita como uma nova filosofia da história, que progride na direção de uma da mediação simbólica e um concomitante aumento do imediatismo. Talvez não seja mera coincidência que o *Homo Sacer* de Giorgio Agamben também confie em uma filosofia da história similar, enxergando o paradigma biopolítico como uma corrente irreversível que envolve mais e mais aspectos da vida política e social (Agamben, 1998). Não há espaço para contingência e o político nesse cenário (Kalyvas, 2005) e é realmente intrigante o

porquê tanto Agamben quanto Lash não utilizaram a genealogia de Foucault para evitar esse esquema histórico obsoleto.

2. Segundo e mais importante, o argumento de Day, Lash e Thoburn pressupõe um conjunto de dicotomias que são amplamente conceitualizadas em termos binários, mutuamente exclusivos e opostos: interno/externo, antes/depois, hegemonia/pós-hegemonia, representação/real, significar/ser, horizontalidade/verticalidade, discurso/afeto. Obviamente, precisamos ser muito céticos contra ambas, a estratégia de introdução de tais dualismos hierárquicos – a maioria deles já desconstruídos dentro dos meios Derridarianos e Lacanianos – e as implicações conceituais e analíticas da maioria delas. A minha visão é que Day, Lash e Thoburn falham ao compreender tais dimensões, que podem – e devem – ser conceitualmente distinguidas, podem funcionar simultaneamente dentro de uma dialética histórica de *engajamento mutuo* e *co-constituição*. Por exemplo, podemos, é claro, distinguir entre os aspectos instintuais e representacionais/ sociais da pulsão em psicanálise; entretanto, a pulsão não pode ser concretamente constituída sem ambas estas dimensões: o simbólico e o real.

Tal coconstituição radicalmente desestabiliza o binarismo deles. Por exemplo, dado que o corpo é o lugar de uma dialética contínua entre simbólico e real – existe um corpo real e um corpo marcado pelos significantes – é difícil enxergar como se pode atribuir o corpo somente ao lado real da equação. De fato, uma pesquisa recente no campo da teoria do discurso e psicanálise demonstrou amplamente que identificações hegemônicas notáveis e de longo prazo (nacionalismo, populismo) demandam ambos, uma articulação simbólica bem sucedida e seu afetivo, investimento libidinal, a mobilização de *gozo*.<sup>12</sup> Como resultado, a questão não é isolar radicalmente as eras da hegemonia e pós-hegemonia, apresentar discurso e afeto, simbólico e real, como dimensões mutuamente exclusivas; é explorar, em toda conjuntura histórica, os múltiplos e diferentes caminhos nos quais elas interagem para coconstituir sujeitos, objetos e ordens sócio-políticas. De qualquer forma, o mínimo que se deve reconhecer de um ponto de vista pós-hegemônico – E aqui Ardití é audacioso o suficiente para aceitar essa conclusão – é que “seria míope e ideológico – no sentido pejorativo da palavra – propor que ou se tem hegemonia ou êxodo, multidão e desobediência civil radical” (Ardití, 2007, p. 221).

A falha em reconhecer a interpenetração constitutiva entre hegemonia e, a então chamada pós-hegemonia, o simbólico e o real, representação e o que está para além, é também evidente e adquire sua mais abrangente ramificação no argumento de Beasley-Murray. Consequentemente, não é por coincidência que essa crítica pós-hegemônica particular da teoria do

---

<sup>12</sup> Ver, a esse respeito, Laclau, 2005 e Stavrakakis, 2007, especialmente o capítulo 5.

discurso seja conduzida às mais bizarras autocontradições, algumas assinaladas, até por revisores sem nenhuma associação com a Escola Essex:

A ferocidade polêmica de grande parte da escrita parece deformar o argumento e levar a várias distorções de história e teoria. Tudo isso pode ser visto em sua forma mais exagerada no primeiro capítulo, em que o gesto inaugural de rejeitar a hegemonia requer tanto o truque retórico, quanto a violência conceitual que insinua uma ansiedade de não convicção. A tratativa de Laclau é profundamente hostil e contrasta com uma crítica muito mais gentil da ontoteologia de Negri, provavelmente muito mais perigosa (Derbyshire, 2011).

De fato, já no começo, encontram-se momentos discursivos que desestabilizam internamente o argumento. Portanto, enquanto a tese axial de Beasley-Murray seja denunciar a teoria da hegemonia como uma forma de racionalismo, como antipolítica, em favor de uma teoria não representacional de pós-hegemonia em que “instituições do estado surgem de processos imanentes e assegura sua legitimidade bem abaixo da consciência, sem a necessidade de palavras” (Beasley-Murray, 2010, p. 67), ainda assim, de alguma forma, “a ilusão de transcendência e soberania” é, todavia, produzida (Beasley-Murray, 2010, p. ix). A imanência reina suprema, e, ainda assim, a transcendência, de alguma forma, reemerge; a representação é rejeitada e, no entanto, assombra esse esquema: o poder não necessita palavras, entretanto, é somente por meio de palavras e do discurso que se torna efetivo. Mas como isso é possível? Tendo se comprometido com um fundamentalismo biopolítico, com um binarismo ainda mais radical que aquele presente na primeira variação da teoria da pós-hegemonia, Beasley-Murray continua inapto a fornecer qualquer articulação razoável. Sua posição oscila entre paradoxo e *contradição performativa*.

Observemos, por exemplo, como a sua escolha de populismo como um exemplo cabível acaba em uma completa falha. Inequivocamente contestando o esquema de Laclau, Beasley-Murray enfatiza “o Peronismo [como] um exemplo primordial da manifestação institucional de habito” (Beasley-Murray, 2010, p. 25). Um processo que, verdadeiro a seus princípios, ele entende como um processo para além da representação: o movimento Peronista, portanto, envolve “uma comunidade orgânica, organizada que provoca um efeito que possa viver sem qualquer ideologia ou discurso” (Beasley-Murray, 2010, p. 30). Qual é a base sobre a qual esse argumento é formulado? Supreendentemente, a única evidência de suporte vem justamente do campo da representação em si, dos discursos de Peron, ou seja, de *meras palavras*: “Como o verdadeiro patriotismo é “um tipo de amor”, de acordo com Peron, “ou você sente, ou não... Logo, não haverá necessidade de discursos, símbolos, ou cerimônias”. Esse efeito, então, produz os hábitos Peronistas: “Quando esta comunidade estiver em perigo, não haverá ninguém que não sinta a inclinação e a necessidade de defendê-la de

seus inimigos externos ou internos”(Beasley-Murray, 2010, p. 30). É, certamente, difícil pensar em um exemplo similar a tal espantosa, irreflexiva, ingenuidade analítica!

Como se estivesse gradativamente tomando ciência dos problemas com os quais seus argumentos se depararam, Beasley-Murray foi se deslocando para uma aceitação indireta do que ele inicialmente excluiu. De uma hegemonia nunca existente, passamos vagarosamente ao reconhecimento de uma dualidade constitutiva, porém hierárquica. Agora, o problema com o populismo passa a ser que ele:

Style="padding-left: 40px;">Simplifica o duplo registro pelo qual o social adere. Faz isso obscurecendo os mecanismos pelos quais a transcendência é produzida a partir da imanência, emoção subjetiva a partir do afeto impessoal, discurso significativo a partir do hábito *asignificativo*, povo a partir da multidão, e poder constituído a partir do constituinte, por ser um desses mecanismos... A ordem social deve ser desarticulada para revelar ambos, sua face inferior muda e o processo pelo qual tem sido ventriloquisada, impossibilitada de falar, a não ser pela voz de outro. (Beasley-Murray, 2010, p. 63)

É assim que Beasley-Murray é forçado a mudar de um para dois, apenas para qualificar este movimento ao pintar a emergente dualidade nos termos reminescentes do mais vulgar Marxismo, o da “Falsa consciência” e da metáfora base/superestrutura; ao menos Lash só poderia ser acusado de *estagismo*! Imanência, afeto e hábito *asignificativo* são priorizados como a base autêntica, enquanto transcendência, discurso e representação emergem como suas inautênticas, mas – por alguma razão inexplicada – sempre presentes e potentes substitutas. Finalmente, havendo estigmatizado o ventriloquismo da representação hegemônica, Beasley-Murray é ironicamente levado a aceitar o valor igual de discurso e afeto ao falar na voz de outro (de Kraniauskas): “apreendido pelo significado e apreendido pelo amor: esse é o duplo registro do populismo” (Beasley-Murray, 2010, p. 64).<sup>13</sup>

Para concluir, a única opção que resta para ele é instituir algum tipo de “novafala” Orwelliana em que simbólico “não seja representativo ou “meramente” simbólico“ (Beasley-Murray, 2010, p. 191-2) e crença se torne exclusivamente “uma questão do corpo” (Beasley-Murray, 2010, p. 196). Depois de momentaneamente se referir a Žižek – cujo argumento ele está angariando em seu esforço para reconhecer ideologia como “imane e afetiva” (Beasley-Murray, 2010, p. 177) – ele se volta para o *habitus* de Bourdieu como um “senso comum encorpado” que produz os efeitos que as pessoas geralmente atribuem a ideologia, discurso e representação (Beas-

---

<sup>13</sup> É assim que Beasley-Murray resume uma extensa citação de Kraniauskas da qual emanam ambos os termos desse duplo registro.

ley-Murray, 2010, p. 177). Isso não é só distorcer a compreensão de Žižek sobre imanência e transcendentalidade; também é muito mais que simplesmente “ler Bourdieu na contracorrente” (Beasley-Murray, 2010, p. 178). Se para Beasley-Murray as políticas do hábito “trabalham abaixo de discurso e representação” (Beasley-Murray, 2010, p. 180), está claro que Bourdieu resiste em tomar partidos contrários à representação. Ao invés, ele aparenta estar passionalmente a favor de enfatizar a relação dialética entre objetivismo e representacionalismo na direção de “transcender a oposição artificial que tende a ser estabelecida entre estruturas e representações” (Bourdieu, 1990, p. 125-6).

Se, agora, nos voltarmos para o outro grande sociólogo do *habitus*, Norbert Elias, encontraremos, mais uma vez, uma dialética similar. Claramente, um dos principais objetivos de Elias é estudar o mecanismo complexo pelo qual as sociedades regulam a economia afetiva de seus membros, mecanismos que envolvem a criação de automatismos subjetivos e reflexos subscientes, por meio da internalização de determinados códigos valorizados, condutas e regras de comportamento e o desenvolvimento de um registro superegóico que impõe autorestrição (Elias, 2000). Entretanto, tal regulação de corpos – por meio, por exemplo, dos modos à mesa – pode se estabelecer como uma não dita “segunda natureza” somente na medida em que, em outras palavras, se torna associada à *representação* dominante do que é considerado “civilizado” e do que não é, somente na medida em que, em outras palavras, se torna associada à valorização social hegemônica – e, como sabemos por Saussure, valor pressupõe diferença, por efeito de estarmos, portanto, firmemente localizados dentro de um campo simbólico/semiótico. É também de primordial importância que, na medida em que a internalização subjetiva da conduta ocorre por meio da socialização, o *discurso* tem de ser reconhecido como um terreno privilegiado. De fato, em seu magnífico *O Processo Civilizador*, Elias dedica muita energia ao apresentar e analisar todo um gênero discursivo de literatura de conduta, o qual influenciou profundamente o desenvolvimento das condutas civilizadas na Europa. Por último, mas não menos importante, contrários ao desdém de Beasley-Murray por representação, linguagem e discurso, ambos Bourdieu e Elias dedicaram importantes trabalhos para cuidadosamente pesquisar esses domínios (Bourdieu, 1991; Elias, 1991).

### **Engajamentos mútuos: Hegemonias Discursivas/ Afetivas?**

A orientação de Bourdieu e Elias mencionada anteriormente mostra avanços no que diz respeito às oposições entre hegemonia e pós-hegemonia, simbólico e real, representação discursiva e o que está para além. Como tentei mostrar, esse foco na interpretação e engajamento mútuo é exatamente o que está faltando na argumentação desenvolvida por Day, Lash e Beasley-Murray. De fato, é muito surpreendente que todos eles tenham falhado em levar em conta o modo como tal interpenetração é registrada

no trabalho de seus supostos antecessores intelectuais e companheiros de viagem.

Tomemos, por exemplo, o trabalho de Nigel Thrift, um dos principais proponentes da teoria não representacional. O empirismo radical de Thrift compartilha muito com as teorias pós-hegemônicas analisadas nesse texto, já que sua teoria não representacional se concentra em práticas, compreendida como “corpos materiais de trabalho ou estilos que ganharam estabilidade o suficiente no decorrer do tempo”, como um resultado de “in- trução nessas práticas, de cada ator sustentando os outro a elas e do fato “natural” bruto que a que o padrão dá continuidade na maioria das situa- ções” (Thrift, 2008, p. 5). A teoria não representacional salienta a materia- lidade dos corpos e coisas, a importância do afeto e sensação. Ainda as- sim, Thrift é muito cuidadoso para não excluir a representação. Tal movi- mento implicaria em uma perigosa degeneração “da intenção à automação” também implícita no desenvolvimento do capitalismo: “Em todo caso, eu quero preservar uma borda humanista à face do penhasco maquínico...E a razão? Porque o modo como as coisas aparentam é frequentemente mais importante do que elas são” Thrift, 2008, p. 13).

A impressionante análise de Maurizio Lazzarato da economia do débi- to segue um caminho similar. Lazzarato se interessa por enfatizar que a economia do débito envolve um “nível molecular e pré-individual”: um nível maquínico que funciona para além da subjetividade e representação (Lazzarato, 2012, p. 147). Sua espera não pode ser explicada meramente em um nível “Discursivo’, ideológico, ’moral” (Lazzarato, 2012, p. 147). Ao mesmo tempo, entretanto, débito/dinheiro também funciona por meio de confiança, moralidade, representação: “ao criar um objeto de identifica- ção”, contribui poderosamente para constituição subjetiva. E apesar de, para Lazzarato, “o conceito Gramsciano de “hegemonia” (a hegemonia do capital financeiro) parecer menos relevante aqui do que a “governamenta- bilidade” de Foucault (Lazzarato, 2012, p. 107), sua conclusão final é re- conhecer uma “dupla ’espera’ na subjetividade” (Lazzarato, 2012, p. 149).

Aproveitando minha deixa da referência de Lazzarato a Foucault, também é revelador notar que o lugar de Foucault no argumento de Beas- ley-Murray, assim como em Lash, é marginal. Por que isso, se ele foi a fi- gura mais importante na apresentação do argumento biopolítico? Não se- ria porque, mesmo em seu trabalho tardio, quando as prioridades genealó- gicas substituíram seu foco arqueológico inicial no discurso, o discurso continuou o plano no qual poder e conhecimento entram em contato, for- mando sujeitos e moldando práticas e relações? A seguinte passagem do primeiro volume de *História da sexualidade* ilustra esse quesito e merece ser citado em extensão:

O que é dito sobre sexo não deve ser analisado simplesmen- te como uma superfície de projeção desses mecanismos de poder. De fato, é no discurso que poder e conhecimento se

juntam. ... Discursos não são, de uma vez por todas, submissos ao poder ou elevados contra ele, não mais do que silêncios o são. Nós devemos considerar o complexo e instável processo por onde discurso pode ser ambos, um instrumento e um efeito do poder, mas também um obstáculo, uma pedra no caminho, um ponto de resistência e um ponto inicial para uma estratégia de oposição. Discurso transmite e produz poder; o reforça, mas também o enfraquece e expõe, o torna frágil e possibilita que seja atravancado. (Foucault, 1978, p. 100-101)

De fato, nesse mesmo volume no qual Foucault expõe com tal clareza programática seu argumento sobre biopolíticas e biopoder, discurso e “a incitação ao discurso” (Foucault, 1978, p. 17) constituem os pontos nodais, sendo seu principal foco histórico uma “verdadeira explosão discursiva” sobre sexo: “Desde o século XVIII, sexo não tem cessado de provocar um tipo de eretismo discursivo generalizado. E esses discursos sobre sexo não se multiplicaram à parte de ou contra o poder, mas no mesmo espaço e como os significados de sua prática” (Foucault, 1978, p. 32). Como se isso não fosse ruim o suficiente – para os tipos de argumentos colocados por Lash e Beasley-Murray – Foucault também é conduzido a reconhecer o papel do corpo na “hegemonia” (burguesa), uma categoria repetidamente utilizada em *A História da Sexualidade* (Foucault, 1978, p. 125, 126, 127, 141).

Não só são Day, Lash e Beasley-Murray incapazes de registrar a interpenetração constitutiva entre representação e afeto, o simbólico e o real, hegemonia discursiva e biopolítica – precisamente o que o trabalho de Foucault, Elias, Bourdieu, Thrift e Lazzarato aparenta permitir e encorajar. Por se fixarem em uma caricatura da teoria discursiva de hegemonia de Laclau, eles também falharam em tomar conhecimento dos desenvolvimentos no terreno da teoria do discurso, que tem seguido uma direção similar. E aqui não pode haver qualquer desculpa, já que esses desenvolvimentos se cristalizaram muito antes de seus argumentos serem formulados. Em resumo, eles não fizeram sua lição de casa devidamente. Por exemplo, como puderam deixar passar o longo diálogo de Laclau com a teoria psicanalítica acerca do status de afeto, gozo e do real? De fato, pouco depois da publicação de *Hegemonia e Estratégia Socialista*, as trocas de Laclau com Žižek darão o pontapé inicial a um percurso extremamente produtivo que registra os limites (reais) de discurso. Assumidamente, esse percurso inicialmente focou nas modalidades negativas do real lacaniano: o real como antagonista, deslocamento e heterogeneidade (Biglieri e Perello, 2011).

Entretanto, esta história estava longe de acabar. Mais importante, desde 2003, Laclau dará um passo adiante ao se enajar seriamente com as problemáticas da afetividade e gozo, ou seja, com as mais positivas modalidades do real Lacaniano (Glynos e Stavrakakis, 2003; Laclau, 2003,

2004).<sup>14</sup> Ao admitir para si mesmo que os temas de afeto e gozo, até então, haviam sido incorporados à teoria do discurso de “maneira superficial e rudimentar” (Laclau, 2003, p. 278), ele também aceitou que eles deveriam ser, portanto, vistos não como uma ameaça externa que falsifica uma teoria discursiva de hegemonia (o que Day, Lash e Beasley-Murray parecem acreditar), mas como um desafio interno para maior refinamento teórico e desenvolvimento analítico (Laclau, 2004).<sup>15</sup>

A teoria psicanalítica sugere que as análises do tipo discursivo, desconstrutivo, retórico ou interpretativo, apesar de serem pré-requisitos necessários, não são frequentemente suficientes para explicar a conexão com objetos particulares de identificação e menos ainda efetuar um deslocamento na economia psíquica do sujeito social. Entretanto, para alcançar o que, na prática, opera como uma dialética de *coconstituição* e *engajamento mútuo* entre discurso e afeto, é necessário afiar as ferramentas conceituais que possam explicar a especificidade de cada dimensão. Mesmo para conceitos cuja especificidade conceitual dependa de uma junção, um estabelecimento prévio de diferença é necessário. Por exemplo, gozo, na teoria Lacaniana, incorpora a união paradoxal de prazer e dor. Não podemos falar sobre gozo se um desses aspectos estiver faltando. Será possível apreender o paradoxo colocado aqui sem uma distinção conceitual de “prazer” e “dor” separadamente ou, até mesmo, como antiéticos? De fato, a força e originalidade de um conceito que marca sua união indissolúvel depende absolutamente dessa diferenciação conceitual prévia. E vice-versa, é claro. Como demonstrou Freud, mesmo nos casos em que a oposição conceitual é radical (entre *Eros* e *Tânatos*, por exemplo), a interpenetração pode, na prática, ser inevitável: “Nenhum desses instintos é menos essencial do que o outro; o fenômeno da vida surge da simultaneidade ou mutualidade da ação oposta dos dois [...] Para fazer uma ação possível, deve haver como regra uma combinação de tais motivos compostos” (Freud, 1991, p. 356).

Desde 2004, Laclau aceitou esse desafio de elucidar a dimensão afetiva das operações hegemônicas por meio de distinguir conceitualmente a *forma* da *força* de uma articulação discursiva:

... o que a retórica pode explicar é a *forma* que um investimento sobredeterminante toma, mas não a *força* que explica o investimento em si e sua perdurabilidade. Aqui algo a mais tem que ser trazido à cena. Qualquer sobredeterminação requer não somente condensações metafóricas, mas também investimentos catexiais. Isto é, algo pertencente à

---

<sup>14</sup> Paradoxalmente, essa volta a Lacan pode também trazer Laclau para mais perto de uma das inspirações centrais dos teóricos da pós-hegemonia, Spinoza. Como Kiarina Kordela argumentou persuasivamente em sua crítica a Hardt e Negri, pode ser que “a linha de pensamento Spinoziana-Marxista encontre sua própria articulação contemporânea na psicanálise lacaniana” (Kordela, 2007, p. 2).

<sup>15</sup> Para uma consideração detalhada do engajamento gradual de Laclau com essas dimensões, ver Stavrakakis, 2007, capítulo 2.

ordem do *afeto* tem um papel primário ao construir discursivamente o social. Freud já sabia disso: a conexão social é uma conexão libidínica. E afeto, como pontuado anteriormente nessa dissertação, não é algo adicionado à significação, mas algo substancial a ela. Então, se eu vejo a retórica como ontologicamente primária para explicar as operações inerentes e as formas tomadas pela construção hegemônica da sociedade, eu vejo a psicanálise como a única via válida para explicar as pulsões por detrás de tal construção – Eu a vejo, de fato, como a única abordagem fértil para a compreensão da realidade humana. (Laclau, 2004, p. 326)

Essa orientação se tornará ainda mais central no seu trabalho com a publicação de *A Razão Populista* (Laclau, 2005b). Isso significa que muito antes das objeções colocadas por Day, Lash e Beasley-Murray terem sido formuladas, Laclau as havia levado em conta por meio de outra fonte (psicanalítica): “O próprio Laclau respondeu a algumas delas, voltando-se a conceituação Lacaniana de gozo como um acompanhamento necessário para o trabalho articulatório de significação, especialmente em *A Razão Populista*, trabalho ao qual Beasley-Murray faz alusão, mas pouco se engaja com algo além do mais do mesmo” (Derbyshire, 2011). Continua um mistério o porquê dos teóricos pós-hegemonistas não se engajarem com essa virada importante, que significava que a teoria de Laclau de hegemonia no auge de ser uma teoria *discursiva* de hegemonia, também é uma teoria *afetiva* de hegemonia. Isso é uma pena, pois, na verdade, o que sobra dos argumentos pós-hegemônicos caso se excluam todas as autocontradições e limitações que eu tentei destacar é, na verdade, também uma *teoria afetiva de hegemonia*. Gordillo corrobora diretamente com essa conclusão com referência ao trabalho de Beasley-Murray:

Beasley-Murray, emblematicamente, nunca questiona que o Peronismo tenha sido hegemônico na Argentina pelos últimos seis anos, ou que, nos anos de 40, Perón e Evita tenham ressoado na multidão de maneiras nunca vistas anteriormente nesse país. O que ele questiona são as tentativas de explicar essa hegemonia por conceitos racionalizados, transcendentais (ideologia, representação, consciência) que perdem seu poder afetivo: o fato de milhões de pessoas terem se identificado com Perón e Evita em um corpóreo, regularmente difícil de articular, nível afetivo. É por isso que o que Beasley-Murray propõe é uma teoria afetiva de hegemonia. (Gordillo, 2011, p. 8)

Dado, entretanto, o engajamento direto de Laclau precisamente com a formulação de tal teoria já entre 2003 e 2005, pode-se perguntar: não é um pouco *tarde demais*?

## Conclusão

Desde o começo, por criticar radicalmente as ilusões (teóricas e políticas) de imediatismo, a teoria discursiva de hegemonia articulada por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe rapidamente se tornou alvo de uma longa lista de *vingadores do real*. Seguindo um pobre prelúdio orquestrado pelo ingênuo realismo objetivista de Gera, esse debate rapidamente passou a focar no *status* da categoria de ‘hegemonia’ em si e sua confiança no discurso e na representação. Richard Day foi o primeiro a desafiar a hegemonia da hegemonia, antes de Lash e Beasley-Murray apresentarem seu projeto teórico-político de *pós-hegemonia* em suas duas principais variações. Uma detalhada apresentação e desconstrução de todos esses projetos nos ajudou a avaliar seus pontos fortes e fracos. Embora, politicamente, eles destaquem certos aspectos da atividade política examinados nas teorias discursivas de hegemonia somente de forma marginal – especialmente em suas formulações iniciais –, eles falham em levar em conta as conexões irreduzíveis entre essas práticas horizontais e políticas hegemônicas, visíveis em muitos exemplos contemporâneos; conexões que podem ser essenciais para suas mais amplas implicações políticas.

Ao mesmo tempo, teoricamente, as teorias pós-hegemônicas discutidas nesse capítulo também falham em registrar a genuína e constante disposição de Laclau em levar em conta os limites (reais) de discurso e da representação, por meio de seu engajamento com a teoria Lacaniana. Como vimos, esses limites têm, cada vez mais, dominado seu trabalho. Primeiramente eles adquirem uma inscrição *negativa* que destaca o caráter *não todo* do ser discursivo dentro de um horizonte ontológico de impossibilidade, o que resulta em um registro radical do caráter parcial e temporário de toda articulação hegemônica. Mais tarde, eles adquirem uma inscrição mais *positiva* ao reconhecer a interpenetração constitutiva entre representação e *gozo*, articulação discursiva e investimento afetivo. Toda vibrante tradição teórico-política deve permanecer “em progresso”, aberta a contínuas renovações. Esse é o caso com a teoria discursiva, algo visível tanto nas trajetórias de Laclau quanto no relevante trabalho na Escola Essex em geral.<sup>16</sup>

De alguma forma, isso é ignorado pela maioria dos críticos pós-hegemônicos, que, guiados pelo desejo unilateral pelo imediatismo, por uma ‘paixão pelo real’ em sua não mediada pureza, são frequentemente levados a uma verdadeira repressão de representação e discurso, justamente o que muitas de suas inspirações intelectuais e seus companheiros tentam evitar. Entretanto, não há repressão sem um retorno do reprimido; assim, representação e discurso retornam para assombrar argumentos pós-hegemônicos, levando-os a uma contradição atrás da outra. Se existe uma contribuição positiva aqui, não tem nada a ver com o fim da hegemonia. Ao invés disso, tem a ver com o destaque de seu lado afetivo, algo já enfatizado por Laclau muito antes da articulação dessas críticas.

---

<sup>16</sup> Ver, por exemplo, Glynos, 2012.

## Referências

- Agamben, G. (1998). *Homo Sacer*. Stanford, CA: Stanford University Press.
- Arditi, B. (2007). Post-hegemony: Politics Outside the Usual Post-Marxist Paradigm. *Contemporary Politics*, 13(3), 205–26.
- Beasley-Murray, J. (2010). *Posthegemony*. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press.
- Biglieri, P. and Perello, G. (2011). The Names of the Real in Laclau's Theory: Antagonism, Dislocation and Heterogeneity. *Filosofski Vestnik*, XXXII(2), 47–64.
- Bourdieu, P. (1990). *In Other Words: In Praise of Reflexive Sociology*. Stanford, CA: Stanford University Press.
- Bourdieu, P. (1991). *Language and Symbolic Power*. Cambridge: Polity.
- Clough, P. (2008). The Affective Turn: Political Economy, Biomedicine and Bodies. *Theory, Culture and Society*, 25(1), 1–22.
- Day, R. (2005). *Gramsci is Dead*. Londres: Pluto Press. Derbyshire, P. 2011. Romanticism of the Multitude. *Radical Philosophy*, 169. Disponível em <http://www.radicalphilosophy.com/web/romanticism-of-themultitude>
- Elias, N. (1991). *The Symbol Theory*. Londres: Sage.
- Elias, N. (2000). *The Civilizing Process. Sociogenetic and Psychogenetic Investigations*. Second revised edition. Oxford: Blackwell.
- Foucault, M. (1978). *The History of Sexuality, Volume I: An Introduction*. New York: Pantheon Books.
- Freud, S. (1991). 'Why War?', in *Civilization, Society and Religion*, Book 12. Londres: Penguin Freud Library.
- Geras, N. (1987). Post-Marxism? *New Left Review*, 163, 40–82.
- Geras, N. (1988). Ex-Marxism Without Substance: Being a Real Reply to Laclau and Mouffe. *New Left Review*, 169, 34–61.
- Geras, N. (1990). *Discourses of Extremity*, Londres: Verso.
- Glynos, J. (2012). Body, Discourse and the Turn to Matter, in *Language, Ideology, and the Human: New Interventions*, edited by S. Bahun, and D. Radunović. Farnham: Ashgate.
- Glynos, J. and Stavrakakis, Y. (2003). Encounters of the Real Kind: Sussing out the Limits of Laclau's Embrace of Lacan. *Journal for Lacanian Studies*, 1(1), 110–28.
- Gordillo, G. (2011). Affective Hegemonies. Disponível em: [http://posthegemony.files.wordpress.com/2011/04/gordillo\\_hegemonies.pdf](http://posthegemony.files.wordpress.com/2011/04/gordillo_hegemonies.pdf)
- Hardt, M. and Negri, A. (2009). *Commonwealth*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

- Johnson, R. (2007). Post-hegemony? I Don't Think So. *Theory, Culture and Society*, 24(3), 95–110.
- Kalyvas, A. (2005). The Sovereign Weaver: Beyond the Camp, in *Politics, Metaphysics, and Death: Essays on Giorgio Agamben's Homo Sacer*, edited by A. Norris. Durham, NC: Duke University Press.
- Kordela, K. (2007). *Surplus: Spinoza, Lacan*. Albany: State University of New York Press.
- Laclau, E. (2001). Can Immanence Explain Social Struggles? *Diacritics*, 31(4), 3–10.
- Laclau, E. (2003). Discourse and Jouissance: A Reply to Glynos and Stavrakakis. *Journal for Lacanian Studies*, 1(2), 278–85.
- Laclau, E. (2004). Glimpsing the Future: A Reply, in *Laclau: A Critical Reader*, edited by S. Critchley and O. Marchart. Londres: Routledge, 279–328.
- Laclau, E. (2005a). Philosophical Roots of Discourse Theory. Centre for Theoretical Studies in the Humanities and Social Sciences, University of Essex. Disponible en: <http://www.essex.ac.uk>
- Laclau, E. (2005b). *On Populist Reason*. Londres: Verso.
- Laclau, E. and Mouffe, C. (1985). *Hegemony and Socialist Strategy*. Londres: Verso.
- Laclau, E. and Mouffe, C. (1987). Post-Marxism Without Apologies. *New Left Review*, 166, 79–106.
- Lash, S. (2007). Power after Hegemony: Cultural Studies in Mutation? *Theory, Culture and Society*, 24(3), 55–78.
- Lazzarato, M. (2012). *The Making of the Indebted Man*. New York: The MIT Press/Semiotexte.
- Ozselçuk, C. and Madra, Y.M. (2005). Psychoanalysis and Marxism: From Capitalist All to Communist Non-all. *Psychoanalysis, Culture and Society*, 10, 79–97.
- Prentoulis, M. and Thomassen, L. (2012). Political Theory at the Square: Protest, Representation and Subjectification. *Contemporary Political Theory* 1–19. Disponible en: <http://www.palgrave-journals.com/cpt/journal/vaop/ncurrent/full/cpt201226a.html>
- Stavrakakis, Y. (2007). *The Lacanian Left*. Albany: State University of New York Press.
- Thoburn, N. (2007). Patterns of Production: Cultural Studies After Hegemony. *Theory, Culture and Society*, 24(3), 79–94.
- Thrift, N. (2008). *Non-representational Theory*. Londres: Routledge.
- Wood, E. M. (1986). *The Retreat from Class*. Londres: Verso.